



A Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) participou, nesta segunda-feira (2), de reunião convocada pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) para coordenar ações emergenciais e avançar na discussão de soluções estruturais diante das enchentes que atingem a Zona da Mata de Minas Gerais, além de Peruíbe (SP) e Paraty (RJ). O encontro reuniu cerca de 75 representantes de seguradoras, resseguradoras, corretores, entidades de proteção patrimonial mutualista, órgãos de defesa do consumidor, setor de transportes, Ministério da Fazenda e instituições ligadas à indústria e à agricultura.

Durante a reunião, todos concordaram com a necessidade de avançar na construção de ferramentas estruturadas que não apenas assegurem a absorção de riscos e o pagamento de indenizações, mas que funcionem também como instrumentos de prevenção e de avaliação da infraestrutura municipal, estadual e federal para lidar com eventos climáticos cada vez mais recorrentes.

O superintendente da Susep, Alessandro Octaviani, ressaltou que a reunião teve caráter de mobilização e coordenação. “O setor de seguros brasileiro demonstra maturidade e experiência no atendimento a eventos climáticos extremos, e o objetivo foi alinhar esforços para garantir a máxima celeridade no atendimento às vítimas. Diante da frequência crescente desses episódios, torna-se cada vez mais importante atuar de forma integrada, tanto na resposta imediata quanto no aprimoramento de mecanismos que contribuam para mitigar riscos e fortalecer a capacidade de resposta da sociedade”, afirmou.

O presidente da CNseg, Dyogo Oliveira afirmou que as seguradoras já acionaram protocolos especiais de calamidade nas regiões atingidas. “Em situações como essa, são acelerados os pagamentos e as avaliações de indenizações, reduz-se a exigência de documentos e facilita-se a apresentação das informações. Em alguns casos, as seguradoras fazem busca ativa, ligando ou enviando mensagens aos clientes para identificar possíveis sinistros”, afirmou.

Segundo Dyogo, além da agilização das indenizações, diversas companhias disponibilizaram equipes e equipamentos de apoio nas cidades afetadas. “Quando um equipamento vai a campo, ele acaba auxiliando também veículos não segurados, contribuindo para desobstruir vias e apoiar a recuperação das áreas atingidas”, explicou.

O presidente da CNseg informou ainda que o setor já iniciou o levantamento de dados para avaliar a dimensão dos impactos e das consequências econômicas dos eventos climáticos recentes. Paralelamente, continuam as discussões com o governo sobre a criação de mecanismos de seguro voltados tanto à proteção das pessoas quanto à proteção da infraestrutura de estados e municípios, utilizando seguradoras e resseguradoras como instrumentos para reduzir impactos sobre os orçamentos públicos e garantir respostas mais rápidas à sociedade.

Nesse contexto, o conceito de cidade resiliente envolve não apenas investimentos em adaptação climática e prevenção, mas também a adoção de instrumentos financeiros capazes de garantir resposta rápida após desastres, como seguros públicos para eventos climáticos extremos. Em

diferentes países, estados e municípios já utilizam soluções securitárias para proteger ativos públicos e reduzir a pressão sobre os orçamentos em situações de calamidade, permitindo reconstrução mais ágil e maior previsibilidade fiscal.

Entre as propostas discutidas, Dyogo sugeriu à Susep a identificação, dentro do Sistema de Registro de Operações (SRO), dos pagamentos de sinistros relacionados a desastres naturais, permitindo maior precisão na consolidação de dados. A Susep informou que analisará a viabilidade da medida.

Também foi discutida a possibilidade de utilização do Fundo Nacional de Calamidades Públicas (Funcap) como base para uma solução estruturada de seguros. O fundo já existe, mas atualmente não opera por meio de seguros.

A eventual implementação permitiria que recursos públicos atuassem de forma complementar ao mercado segurador e ressegurador, ampliando a capacidade de resposta do Estado diante de eventos extremos. A adoção desse modelo dependeria de alterações legislativas e de definição regulatória específica. A proposta foi considerada positiva pelos participantes da reunião.

O presidente da CNseg lembrou ainda que, no ano passado, o setor lançou uma ferramenta de risco de alagamento, recomendando que a população e as seguradoras utilizem essas informações para desenvolver produtos mais adequados aos riscos climáticos.

Ao final, os participantes avaliaram a reunião como produtiva diante da necessidade de ações concretas e coordenadas. O entendimento comum foi de que, além da resposta emergencial, o país precisa avançar na construção de soluções estruturais capazes de ampliar a proteção financeira da população e fortalecer a resiliência da infraestrutura pública frente a eventos climáticos cada vez mais frequentes.

Fonte: CNseg, em 03.03.2026